

## Plano de Trabalho

João Clímaco Soares de Mendonça Filho

### Introdução

É inegável a importância em se traduzir o trabalho da relatoria da Plataforma Dhesca no Brasil - país estruturalmente marcado por tradicional dificuldade para consolidação e afirmação de direitos fundamentais ao longo de sua história. As especificidades culturais e congênicas da formação de uma sociedade fundada em bases econômicas e sociais escravagistas aliadas a sua gênese colonialista patrimonialista gerou um processo peculiar, que não é objeto dessa proposta, constitutivo da formação do Estado Brasileiro cheio de eufemismos institucionais, onde o que é lei não é de fato direito, e o que é sinalizado pelo povo é embalado num processo de despolitização e vulgarização, desqualificando as garantias fundamentais onde problemas reais, vividos por populações identificadas e delimitadas tendem a tornar-se “fato” e não “afirmação de direito”.

O papel da Plataforma Descia tem evidenciado essa realidade mostrando a materialidade da dor mas também das conquistas, da morte mas também da força do povo e principalmente desnudando a histórica cultura de se despolitizar, desqualificar e desprotagonizar atores sujeitos históricos fundante da conquista da cidadania. Tal fato se revela mais abrupto numa sociedade marcada pela mistificação e criminalização da luta pelos direitos fundamentais agravado ainda pelas particularidades geográficas de sermos um país de dimensão continental. Nada mais necessário e apropriado do que o trabalho da relatoria como processo didático-pedagógico dessa lógica de eufemização do direito, da liberdade e do conceito de cidadania.

Nessa perspectiva, o trabalho da relatoria assume importância não somente pelo aspecto da denúncia mais muito pelas possibilidades de seu caráter pedagógico e de alerta a toda a sociedade brasileira dos limites e possibilidades da POLÍTICA tal qual querem que ele seja; patriarca DO NOSSO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO Excludente E SOCIO AMBIENTALMENTE INSUSTENTÁVEL. Com agressões a direitos fundamentais em situações e projetos em várias regiões do país.

O olhar sobre os sujeitos instituintes nos sugere uma nova forma de abordagem e condução do processo de relatoria. Esses são os cidadãos e suas comunidades, os quilombolas, as comunidades ribeirinhas, os excluídos do campo e da cidade, todos que se instituem e reagem contra os grandes projetos impactantes estão na ponta dessa contradição e esconde um “iceberg” terrível: DA AMEAÇA AO ESTADO DE DIREITO E A DEMOCRACIA- A QUEBRA DE ELOS constitutivo da paz com a reprodução de problemas sociais de toda ordem....

Esses atores instituintes se afirmam numa resistência diretamente contra aqueles setores sociais e econômicos para os quais os fins justificam os meios, A democracia, o estado de direito as liberdades ..tudo são apenas uma abstração submetida e subalternizada a lógica de acumulação de renda, da expropriação dos bens públicos e privados que reproduzem a desigualdade e a deslegitimação do direito. Nesse sentido, justifica-se importante a exegese da

PLANTAFORMA DESCHA ... “ Para que Brasil adote um padrão de respeito aos direitos humanos com base na Constituição Federal de 1988, no Plano Nacional de Direitos Humanos e nos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos ratificados pelo país, utilizando-se para tanto de mecanismos de controle da sua exigibilidade. ” ...na prática porém, isso é uma conquista e não cai do céu e por conseguinte, a importância DAS RELATORIAS DA PLANTAFORMA DESCHA É FUNDAMENTAL .

Temos portanto, um aparato institucional normativo e legal desfocado da realidade e cheios de estereótipos de um Brasil pacato e ordeiro onde tudo acontece a partir de uma hegemonia verticalizada onde o povo deve sempre pagar o preço que suas elites cobram para reprodução do modelo de economia de mercado , do agronegócio, etc.. e a aceitação de uma estratificação social econômica e de renda das mais perversa, mesmo considerando a nossa condição peculiar de país rico em recursos naturais dotado de imenso patrimônio de biodiversidade e recursos hídricos além de nossas características culturais única no mundo.

Tenta-se desqualificar e desmontar o caráter civilizatório das lutas de resistência e de afirmação das populações frente ao processo nítido de expropriação dos recursos naturais que são legalmente bens públicos e portanto deveria ser inacessível para apropriação simplesmente, tal qual faz-se com o valor do trabalho .As demandas pela garantia da sustentabilidade do desenvolvimento coloca-nos outros paradigmas e referenciais que sendo impossível o sistema de mercado absorver na sua essência, cria falsos temas (economia verde) e invariavelmente provoca rupturas localizadas no estado de direito e sofrimento a inúmeras comunidades onde se encontram a transversalidade das questões de gênero , racas, etnia, e acesso a bens básicos de sobrevivência de populações urbanas desassistidas e discriminadas.

A riqueza das demandas pelo cumprimento do direito constitucional que diz “ que todos tem direito ao meio ambiente “....se depara frontalmente com imensos desafios pela afirmação desse direito. O estado Brasileiro apesar de se auto proclamar e ser reconhecido como detentores de uma das mais avançadas legislações ambientais do mundo não consegue fugir do desmascaramento e desnudamento ,pelo fato de também ser conivente e omissa para promoção de seu cumprimento. Pois o modelo econômico na sua lógica desconhece a sustentabilidade de todos, o custo social e valores básicos da legalidade tal qual vemos nos grandes projetos hidroenergéticos atuantes com violência e ilegalidade contra populações distantes dos grandes centros e até mesmo Brasil. A questão ambiental portanto, e a luta pela garantia dos direitos fundamentais portanto, andam enormemente imbricadas e disponibiliza referencias nítidas e claras , desnuda as contradições do modelo e tudo isso a tornam profundamente pedagógica.

A transversalidade que a ela é inerente e sua dimensão intimamente humana mostra-se perigosa para setores atrasados que tem medo das possibilidades de convergências transdisciplinaridade transversalidade fundamentais para uma pedagogia política de construção de uma nova consciência e valores de comunitarismo.

Infelizmente não podemos afirmar que tais referencias estão sendo absorvidas e incorporadas para construção de um novo momento, novas estratégias de afirmação política , afirmação social de grupos vulneráveis e reafirmação de valores e preceitos que nos disponibiliza a luta pela preservação do uso sustentável dos recursos naturais,por mais integradoras e transversais que

essas demandas se apresentam. A universidade pode ter papel mais agregador e subsidiador nesse nesse contexto.

Essas perspectivas coloca-nos frente as imensas possibilidade de focar na estratégia do trabalho da relatoria nas imensas possibilidades pedagógicas, de convergência de atores, de superação de dificuldade de organização das populações através dar a questão da água como bem público, espiritual, teológico, alimento humano , recursos hídricos e suas mais diversas dimensões aglutinadoras e desnudadora da má política. Suas possibilidades de organização e mobilização social para conquista de direitos.

Ela perpassa toda gama de demandas sociais e revela facilmente desvios da má política. Se olharmos todo acumulado e referências nos mapas de conflitos sociais justiça Ambiental e Saúde no Brasil<sup>1</sup> (Fiocruz/Fase) e o Mapa de Conflitos Agrários da CPT verificamos claramente essa transversalidade nas lutas e demandas por direitos das populações indígenas, quilombolas, tradicionais, assim como as comunidades negras e/ou migrantes urbanas, as que mais são atingidas pelo progresso e desenvolvimento vigentes.

Não foi sem propósito que criou-se muito avidamente em 1997 uma política específica para um recurso natural água - bem ambiental fundamental a vida, mas reguardaram nessa legislação, seu caráter econômico para facilitar seu uso e fortalecer sua dimensão como recursos estratégico para sustentabilidade econômica de poucos, reproduzindo a acumulação econômica exclusão social , e não como bem social; praticamente em todos os conflitos ambientais atualmente identificamos que a água perpassa todas essas referencias ,e infelizmente tem sido uma política pública vista como secundária a política ambiental quando em muitos casos, é ao contrário e sendo assim, setores importante da economia trataram de se apoderar e adequar os normativos legais para sua realidade desconhecendo seus usos múltiplos e por conseguinte gerando conflitos socioambientais de grande monta com características específicas que infelizmente, não estão sendo colocadas nas estratégias de luta por direitos implantadas a partir dos movimentos sociais.

O Caráter desnudador da luta pela água é tão evidente que seus algozes manipulam sua construção ideológica no senso comum e não conseguem dissimular e sublimar seus esforço de esvaziamento de sua pedagogia e possibilidades de juntar e unir pessoas em torno dela. Ninguém vive sem água assim como não podemos prescindir da política para garantir seu acesso e valor como bem público que perpassa em muitas políticas públicas.

Acreditamos pela nossa experiencia pela água enquanto bem social e direito fundamental no âmbito do enfrentamento por direitos sócio ambientais ,porque nesse enfoque, pode se incorporar novas estratégias de afirmação social e política das comunidades nesse modelo de sociedade hegemônica e negador de diretos, contrapondo à lógica de um sistema que se afirma a partir da negação desses , mas ao mesmo tempo se auto-desafirma quando a própria atuação da relatoria permite reelaborar-se nesse enfrentamento, frente a frente a manipulação do direito e desqualificação do movimentos sociais nos colegiados e demais arenas , propugnada por setores específicos da sociedade desfocados da ideia de nação e estado democrático inclusivo. A relatoria e seu trabalho é um ofício político de grande relevância e como tal devemos trabalhá-la.

---

1

## acompanhamento de determinados casos

“Por meio da ação integrada das Relatorias no acompanhamento de determinados casos e da análise do conjunto de violações de direitos nos casos investigados. Dessa forma, a cada ano será proposta e encaminhada uma atuação temática ou territorial conjunta, envolvendo o trabalho das diferentes relatorias, como forma de apreender a complexidade das violações envolvidas e propor recomendações capazes de responder aos desafios da integralidade e interdependência dos direitos.”

Tal enfoque a partir do elemento água, sem prejuízo das demais interfaces e recursos ambientais objeto de políticas públicas, não desconhece ou rejeita o acumulado consolidado até hoje por todas as relatorias e RBJA e a Plataforma. Ao contrário, corrobora o enunciado acima e consolida-o. Poderá insurgir-se para um olhar do trabalho da relatoria de forma agregadora de outras referências, potencializando a protagonismo local através da adoção de novas táticas, novas formas de encaminhamentos, sem prejuízo de sua força de denúncia, desmistificando um estado cheio de eufemismos e alimentador de uma fricção que nos força a cada tempo a nos reelaborarmos com novas condutas para o cumprimento das exegeses da democracia e inclusão política. Um exemplo seria o uso de nossas energias de maneira articulada dentro da governança.

Nessa perspectiva, é impossível desconsiderar o caráter transversal, integrador e a importância de alguns conflitos e prioridades já apontadas pelos relatores anteriores e agora pela companheira Cristiane Faustino, a saber: 1 - Contaminação por chumbo em Santo Amaro da Purificação, Bahia - 2 - Assassinatos e falta de demarcação das Terras Indígenas em Mato Grosso do Sul - 3 - Porto do Açu, Rio de Janeiro - 4 - Altamira, Pará - os Povos Indígenas vêm sendo os grandes sujeitos da luta contra Belo Monte. Todos tem ingredientes que apontam a necessidade do trabalho integrado no âmbito da Plataforma Descha.

Dentro dessa linha podemos encontrar a partir também do eixo água, disfunções que tem apontado exemplos concretos de injustiça ambientais que incorporam as mesmas características dos casos acima tais como - a) *A questão da poluição das águas por elemento radiativo que vitimiza toda população do município de Caitité,* b) *A questão da intensificação dos impactos da atividade da mineração praticamente evidenciando uma terrível expropriação dos recursos naturais que são bem públicos coletivos deixando rastros de contaminação e pobreza social por onde atua. Exemplos evidentes do caso de Conceição do Mato Dentro em MG e a contaminação dos mineiros de Santa Catarina e Paraná.* c) *O grande impacto social e ambiental do agro - negócio e da geração hidro energética nos corpos D'Água que formam o Bioma Pantanal constantemente denunciados pelos ribeirinhos e movimentos sociais daquele Bioma.* d) *A denúncia do CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos, como “locus privilegiado de interesses contra a sustentabilidade social e ambiental dos rios brasileiros.*

## Diretrizes Metodológicas e operacionais

Contudo, o próprio processo de indicação e eleição da relatoria está apontando dilemas que sugere a reflexão e busca por encaminhamentos que promovam o cumprimento da sua missão concomitante ao fortalecimento da RBJHA e da PlataformaDescha respectivamente, mas sobretudo dos atores sociais locais e suas organizações enquanto estruturas institucionais que teve, tem e deve ter densidade para contribuir JURIDICAMENTE E POLITICAMENTE para minimizar ou solucionar os efeitos as injustiças.

Isso nos impele a tentar progredir para responder questões relativas aos limites e possibilidades atuais da RELATORIA em um contexto social e político que se agrava e revela insuficiências operacionais e conceituais desses três atores frente a essa conjuntura. Como nos organizarmos e nos articularmos para esse cenário? Como fazer para incorporar procedimentos que não nos leve a uma lógica autofágica institucionalmente e pessoalmente?. Quais nossos limites para quantos casos priorizar? Qual nossa capacidade de articulação de recursos táticos, humanos, financeiros, operacionais para enfrentamento de situações emblemáticas que tenham efeito persuasivo frente as forças políticas e projetos econômicas que sustentam essas injustiças dentro do aparelho do estado e fora dele?

A insuficiência do aparato institucional, tanto o nosso como dos demais atores envolvidos também deve ser enfrentada não somente através de denúncias visibilizadas das mais diversas formas como ora acontece. Temos que preliminarmente criar uma agenda para responder essas questões. Sem prejuízo das táticas até agora adotadas, haveremos de adotar também procedimentos e condutas e articulações que impactem sobre a GOVERNANÇA dessas políticas que geram crimes ambientais e retroalimentam essas injustiças principalmente dentro do ESTADO. Como poderemos adotar táticas para o fortalecimento da Relatoria e demais atores dentro dessa governança? Como poderemos reforçar o lado positivo dessa governança?

Praticamente toda institucionalidade legal que permite a degradação e o crime ambiental em grandes projetos de impacto na sociedade local, se dá através da legitimação de normativos infra constitucionais emanados de colegiados ditos “participativos” onde pode se vê a “cara” do lado feio dos grupos de interesses e seus prepostos acoplados dentro do aparelho de Estado e suas contradições. É preciso haver uma grande discussão no país, do papel desses colegiados e sua visibilização para a sociedade.

O FÓRUM NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL NA GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - FONASC que articula uma rede de entidades e cidadãos pelo uso social da água nesses espaços e nessa perspectiva, não teve receptividade para abrir mais uma frente para questionar a OUTORGA de cessão das águas do Rio Xingú para a UHE BELO MONTE e assim, criar mais uma frente de visibilização do crime ambiental e suas contradições. Não conseguimos oficialmente construir uma articulação com os movimentos diretamente envolvidos.

Simplesmente, os mesmos não tinham conhecimento ou não deram importância a legislação e instrumentos de licenciamento para uso das águas(outorgas) quando solicitamos ajuda nessa

estratégia. A outorga de Belo Monte foi liberada quase no dia de Natal de 2010 sem questionamento de nossa parte quando na verdade havia pendências legais para sua impossibilidade. Assim justifico que podemos acrescentar elementos novos quanto o papel **POLÍTICO DA RELATORIA** no âmbito dos movimentos sociais e suas articulações.

Enquanto movimento sociais somos voluntariamente ou não, parte da governança dos problemas e como tal não estamos sendo parte da solução pois nossa voz não está sendo ouvida e nem estamos tendo estratégias para superar essas limitações. Como haveremos de achar essas portas para contribuir para êxitos nesses enfrentamentos? Não podemos protagonizar somente polarizações frente a setores atrasados do sistema e do ESTADO, e os setores do bem dentro desse mesmo Estado? , podemos abrir novas frentes para visibilizar à sociedade onde se produz e se legitima essas injustiças. Isso incomoda. Pode ser isso uma estratégia da relatoria e da Plataforma? Poderíamos incorporar novos elementos estratégicos e táticos? Quais indicadores de nossas possibilidades?

Entendemos que sim e estamos dispostos a disponibilizar através de uma agenda onde podemos apontar casos onde a adoção de novas estratégias nos fizeram identificar algumas “portas” para encaminhamento das atividades QUE entendemos que podem atingir o a liberdade a capacidade de manobra política dos centros nervosos emanador das maldades ambientais e hídricas que interfaceiam com outras agressões ao direito humano. Entendemos que é possível a relatoria incorporar novas táticas e formas de enfrentamento nesse novo mandato que ora se inicia. Nesse aspecto uma nova abordagem da comunicação é fundamental.

Isto posto , propomos preliminarmente uma agenda para nivelarmos nosso entendimento sobre as questões organizativas acima, com vistas a otimizar os recursos humanos e técnicos disponíveis e criar mais robustez ao PROCESSO DE ARTICULAÇÃO e eficácia das missões que hoje constituem a marca da ação da Plataforma , sem prejuízo das demais exigências metodológicas e diretivas que conhecemos tais como; o imprescindível esforço para construção e continuidade da base de dados sobre os conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde- sua otimização e gestão, a integração das mais diversas abordagens e interfaces NO ÂMBITO DOS Direitos Humanos, a dinâmica dos encontros públicos e seus efeitos ,a questão da transversalidade das dimensões étnicas, raciais e de gênero.

## **A ARTICULAÇÃO DE REDES MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES**

Pressuposto é que as Injustiças Ambientais são decorrentes de um complexo processo de correlações de força e de construção de PODER POLÍTICO envolvendo muitos atores e interesses que culmina no resultado da INJUSTIÇA AMBIENTAL. Isso se dá de maneira marcante através das mais diversas formas de relações políticas sociais econômicas em todos os níveis da sociedade e no ESTADO. Embora não seja objeto desse plano aprofundar esses processos, apenas citamos isso para resgatar não somente a importância da articulação mas principalmente a importância da GESTÃO estratégica DA ARTICULAÇÃO DE ENTIDADES , MOVIMENTOS E REDES. O que difere do gerenciamento virtual de uma rede de informações .

Nesse sentido é importante o papel da RBJA, mas muito mais sua capacidade de agregar somar articular e fortalecer e subsidiar o papel das RELATORIAS. Nesse sentido será importante nivelar-se e ter uma

agenda que redefine procedimentos e estratégias para o seu fortalecimento e que este não se funde somente na DENUNCIA mas também no aprimoramento e otimização da relação dos movimentos sociais e seus atores entre si , com as universidades e sua inestimável contribuição. Essa dimensão deve ser portanto, otimizada .

No âmbito dos pressupostos acima colocados, haveremos de incentivar “laços” e “Nós” na RBJA mais orgânicos com as entidades que compõe a REDE DE ENTIDADES E CIDADÃOS que atuam no FONASC - CBH - FORUM NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL NA GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS que enfrentam imensos desafios para o exercício do “controle social” na tomada de decisões sobre os usos das águas públicas, corpos d’águas, rios para fins econômicos no Brasil , bem como , possibilitar a criação de uma agenda para troca de experiências e empoderamento político das org civis e cidadãos vítimas do RACISMO AMBIENTAL, AS INJUSTIÇAS AMBIENTAIS sobretudo quanto as interfaces decorrentes das demandas por políticas públicas de saúde meio ambiente água e direitos humanos se afirmam a cada dia.

Nesse sentido acrescentemos preliminarmente, as demais entidades e movimentos já elencados pela nossa parceira também candidata a relatoria conjunta Professora Crsthiane Faustino , com a qual propomos incorporá ao elenco de entidades, organizações e redes as seguintes abaixo :

MOVSAN- MOVIMENTO DAS SERRAS E ÁGUAS DE MINAS,MOVIMENTO PRO PARQUE DA SERRA DA GANDARELLA,REDE DE ENTIDADES AMBIENTALISTAS DO PIAUI,REDE DE ESCOLAS COMUNITÁRIAS DO MARANHÃO,REDE DE ENTIDADES DA SOC CIVIL DO RIO PARANAIBA,CEDEA PR,LIGA AMBIENTAL E DEMAIS COINSTANTES NO LINK [http://fonasc-cbh.org.br/?page\\_id=162](http://fonasc-cbh.org.br/?page_id=162)

**JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO**

**Cons Representante das Ongs no CNRH**

**Membro da Corodenação da Rede FONASC - FÓRUM NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL NA GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**

**www.fonasc-cbh.oerg.br**